CÓDIGO DE CONDUTA E TRANSPARÊNCIA

SEÇÃO I PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA

- 1.1. O presente Código de Conduta e Transparência tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados pelos Administradores (conselheiros de administração e diretores), pelos Acionistas Controladores (acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle da Companhia, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações posteriores), pelos Conselheiros Fiscais, pelos empregados que tenham acesso a informações sigilosas (“Funcionários”) e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas existentes ou que venham a ser criados pelo Estatuto Social da Companhia, sua controladora e companhias controladas (respectivamente, “Companhia”, “Controladora” e “Sociedades Controladas”), a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários da Companhia, assim como assegurar que as demonstrações e os relatórios financeiros representem, de maneira adequada, completa e precisa, a situação financeira da Companhia, os resultados de suas operações e/ou outros dados financeiros, de modo que as exigências das normas vigentes sejam observadas.
- 1.2. Sem prejuízo do alcance geral do disposto no item 1.1 supra, as disposições estabelecidas no presente Código são direta, especial e adicionalmente aplicáveis às controladas da Companhia que sejam companhias abertas. Para esse efeito, entende-se por “Companhia” cada uma das referidas controladas.

SEÇÃO II PRINCÍPIOS

- 2.1. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas da Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade e, ainda, pelos princípios gerais adiante estabelecidos.
- 2.1.1. Todos os esforços em prol da eficiência do mercado devem visar a que a competição entre os investidores por melhores retornos se dê na interpretação da informação divulgada; jamais no acesso à informação.
- 2.1.2. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas devem ter sempre a consciência de que a

informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo.

- 2.1.3. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários deve dar-se de modo uniforme e transparente.
- 2.1.4. É também dever dos Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa e contínua, devendo ainda abranger dados sobre a evolução das suas posições acionárias.

SEÇÃO III **DEFINIÇÕES**

3.1. Valores Mobiliários

A expressão “Valores Mobiliários” é empregada neste Código em seu sentido mais amplo, abrangendo quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda e derivativos de qualquer espécie de emissão da Companhia e/ou de sua(s) controlada(s) que sejam também companhias abertas. Inclui-se na definição de “Valores Mobiliários”, para efeito do disposto neste Código, os Valores Mobiliários que forem de titularidade dos Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, bem como de seu (sua) cônjuge ou seu(sua) companheiro(a) e dependentes, assim incluídos na declaração anual do imposto de renda.

3.2. Informação Relevante

Considera-se relevante (a) qualquer decisão de Acionista(s) Controlador(es), deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia; ou (b) qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

- (i) na percepção de valor da Companhia;
- (ii) na cotação dos Valores Mobiliários;
- (iii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles Valores Mobiliários; ou
- (iv) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição dos Valores Mobiliários.

3.2.1. Ato ou Fato que constituem Informação Relevante – Exemplos

São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

- (i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

- (ii) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;
- (iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas pela Companhia;
- (iv) ingresso ou saída de sócio estratégico ou que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- (v) autorização para negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- (vi) decisão de promover o cancelamento de registro de companhia aberta;
- (vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;
- (viii) aquisição ou venda de ativos de valor relevante;
- (ix) transformação ou dissolução da Companhia;
- (x) mudança na composição do patrimônio da Companhia;
- (xi) mudança de critérios contábeis;
- (xii) assunção, liquidação antecipada ou renegociação de dívidas;
- (xiii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;
- (xiv) alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- (xv) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;
- (xvi) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;
- (xvii) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio;
- (xviii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;
- (xix) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- (xx) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- (xxi) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;
- (xxii) aprovação de legislação ou normas que afetem a Companhia;
- (xxiii) modificação de projeções divulgadas pela Companhia e,
- (xxiv) impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia.

3.3. Informação Privilegiada

Considera-se informação privilegiada aquela Informação Relevante ainda não divulgada ao público investidor.

SEÇÃO IV
DEVER DE DIVULGAR ATO OU FATO RELEVANTE OU
INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA

- 4.1. O **Diretor de Relações com Investidores** deverá divulgar por meio de 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade e comunicar à CVM e às bolsas de valores em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.
- 4.2. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar concomitantemente ao mercado ato ou fato relevante veiculado em qualquer meio de comunicação ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior.
- 4.3. Quaisquer reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para este fim.
- 4.4. Todas as informações sobre ato ou fato relevante serão centralizadas na Diretoria de Relações com Investidores, devendo os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas comunicar ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.
- 4.5. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, ou na sua ausência ou impedimento, ao Presidente da Companhia, a prestação de quaisquer informações aos órgãos de imprensa, sejam de que natureza forem, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM e as Bolsas de Valores. Os demais Administradores da Companhia, assim como qualquer Funcionário, não poderão se manifestar pela ou sobre a Cia. junto a quaisquer órgãos de imprensa, exceto se previamente autorizados, por escrito, pelo Diretor de Relações com Investidores ou pelo Presidente da Companhia, ressalvado, ainda, que somente poderão se manifestar sobre assunto diretamente ligado à sua área de atuação. Aplicam-se igualmente as prescrições deste item à participação em Seminários, Fóruns, Conferências, reuniões públicas e outras afins, inclusive na qualidade de palestrante ou debatedor ou assemelhado, que deverá ser submetida e previamente aprovada pelo Diretor de Relações com Investidores.
- 4.6. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

- 4.7. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.
- 4.8. Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter prontamente à CVM a sua decisão de manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam que possa configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia. Poderão, nesse caso, submeter, confidencialmente, sua decisão ao Presidente da CVM.
- 4.9. As regras relativas à concentração do processo de divulgação de informações relativas à Companhia através do Diretor de Relações com Investidores não serão entendidas ou aplicadas de modo a impedir a divulgação direta pelas Empresas Acionistas, das informações exigidas por lei ou dispositivos regulatórios em consonância com as regras deste documento.

<p style="text-align: center;">SEÇÃO V DEVER DE NÃO UTILIZAR A INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA AINDA NÃO DIVULGADA</p>

- 5.1. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, de sua Controladora e de suas Sociedades Controladas deverão:
- 5.1.1. Guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada ao público investidor, originada de ato ou fato relevante, ressalvada a revelação da informação quando necessária para a Companhia conduzir seus negócios de maneira eficaz e, ainda, somente se não houver motivos ou indícios para presumir que o receptor da informação a utilizará erroneamente.
- 5.1.2. Abster-se de negociar os Valores Mobiliários enquanto não divulgada ao público investidor a informação a que tenham acesso privilegiado.
- 5.1.3. Abster-se de recomendar ou de qualquer forma sugerir que qualquer pessoa compre, venda ou retenha os Valores Mobiliários se a informação a que têm acesso privilegiado puder, em tese, influenciar a tomada de qualquer uma dessas decisões.
- 5.1.4. Abster-se de negociar com os Valores Mobiliários referentes às informações privilegiadas por 24 (vinte e quatro) horas após as mesmas terem sido divulgadas ao público investidor.
- 5.1.5. Advertir, de forma clara, àqueles em relação a quem se verificar a necessidade de revelar a informação privilegiada, sobre a responsabilidade de todos pelo cumprimento do dever de

sigilo e pela proibição legal de que se utilizem de tal informação para obter, em benefício próprio ou alheio, vantagem mediante negociação com os Valores Mobiliários.

- 5.1.6. Comunicar a informação privilegiada a que tiverem acesso ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que a manterá sob o devido sigilo e não a utilizará para obter, em benefício próprio ou de outrem, vantagem mediante negociação com os Valores Mobiliários a que se refira a informação privilegiada.
- 5.1.7. Consultar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia antes da realização de qualquer operação que tenha por objeto os Valores Mobiliários, de forma a verificar se há atos e/ou fatos relevantes em curso, ainda não divulgados, que impeçam a negociação dos Valores Mobiliários a que se referem tais atos e fatos.
- 5.1.8. Abster-se de negociar os Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação dos resultados trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN) da Companhia.
- 5.1.9. Quando se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, abster-se de negociar os Valores Mobiliários pelo prazo de 3 (três) meses após seu afastamento.
- 5.2. As restrições previstas nesta Seção não serão aplicáveis às negociações realizadas de acordo com a política de negociação adotada e comunicada à Companhia e à CVM pelos Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas. Para este efeito, a comunicação deverá ser realizada anteriormente à ocorrência de fato relevante, não podendo a política adotada ser alterada enquanto não tiver sido tornada pública a informação relativa ao ato ou fato relevante.
- 5.3. As restrições discriminadas nesta Seção abrangem igualmente negociações com caráter especulativo, assim entendidas, sem limitação, as negociações em mercado futuro com posições a descoberto e afins.

SEÇÃO VI

DEVER DE DIVULGAR AS RESPECTIVAS POSIÇÕES ACIONÁRIAS

- 6.1. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia sua Controladora e de suas Sociedades Controladas farão constar das Informações Trimestrais (ITR) e das Informações Anuais (DFP e IAN):
 - (i) a quantidade e todas as características dos Valores Mobiliários de sua titularidade, além da identificação da companhia emissora (a Companhia, sua Controladora ou Sociedades Controladas, conforme o caso), bem como preço e data das transações, além de outras

informações relevantes, imediatamente após a investidura no cargo ou a aquisição do controle, conforme o caso;

- (ii) as alterações ocorridas em suas posições, no prazo máximo de 10 dias após o término do mês da ocorrência da alteração; e
- (iii) os planos de negociação periódica, subsequentes alterações e eventuais descumprimentos, com os Valores Mobiliários, como investimento ou desinvestimento programado.

6.2. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas, vinculados à Companhia por ocasião da entrada em vigor deste Código deverão encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores as informações indicadas no item 6.1.

SEÇÃO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e membros dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas da Companhia, sua Controladora e de suas Sociedades Controladas deverão firmar Termo de Anuência ao presente Código.